

---

## Jornalismo Ambiental: Desafios e Avanços a Partir da Literatura Internacional<sup>1</sup>

Juliana Sampaio Pedroso de HOLANDA<sup>2</sup>

Luciana Miranda COSTA<sup>3</sup>

Pietari KÄÄPÄ<sup>4</sup>

University of Warwick, Inglaterra

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

### RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão teórica sobre a agenda ambiental e sobre o jornalismo ambiental, buscando problematizar seu *modus operandi* na contemporaneidade. A pesquisa propõe uma revisão de parte da literatura sobre o tema, especialmente a europeia e norte-americana, destacando e dialogando com algumas das principais preocupações globais sobre o discurso ambiental na mídia internacional (ABBATTI, 2019; BUELL, 2005; FAHY, 2018; HANSEN, 1991, 1993, 2019; PEZZULLO, 2015, 2018; RÖGENER & WORMER, 2017). Conclui-se, com base nos autores apresentados, que devido à interconectividade ecossistêmica, os desafios que envolvem o meio ambiente são globais e apresentam questões mundiais, na contramão das formas frequentemente fragmentadas da cobertura midiática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação e Meio Ambiente; Jornalismo Ambiental; Mídia e Meio Ambiente; Agenda Ambiental; Estudos da Mídia.

### INFORMAR, EDUCAR E TRANSFORMAR

O jornalismo ambiental é uma área-chave no cenário da mídia contemporânea, pois lida com alguns dos mais importantes problemas de longo prazo que o mundo enfrenta atualmente e que ameaçam a própria existência humana. A contínua e extensa cobertura da imprensa ambiental da mídia em todo o planeta fez com que assuntos como desmatamento, perda de biodiversidade, chuva ácida, poluição do ar, mudanças climáticas, aquecimento global, sustentabilidade ambiental e derretimento do gelo ártico

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda em Mídia e Comunicação pela *University of Warwick*, em cotutela com o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, e-mail: [julianaholanda@gmail.com](mailto:julianaholanda@gmail.com).

<sup>3</sup> Professora Doutora da Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Pós-Graduação em Comunicação Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA), e-mail: [lmirandaeua@hotmail.com](mailto:lmirandaeua@hotmail.com).

<sup>4</sup> Professor Doutor do *Centre for Cultural and Media Policy Studies* na *University of Warwick*, Inglaterra, e-mail: [P.Kaapa@warwick.ac.uk](mailto:P.Kaapa@warwick.ac.uk).

---

façam parte da atual agenda global, transformando-os em preocupações internacionais. Como argumentou o ecofilósofo Lawrence Buell:

Como a perspectiva de um apocalipse, mais cedo ou mais tarde, por desastre ambiental não intencional chegou a parecer mais provável que o apocalipse por machismo nuclear deliberado, a preocupação pública sobre o estado e o destino do meio ambiente tornou-se crescente, inicialmente no Ocidente, mas agora em todo o mundo<sup>5</sup> (BUELL, 2005, p. 4).

O jornalismo ambiental evoluiu de maneira diferente em todo o mundo, respondendo a valores econômicos, sociais e políticos endêmicos a contextos culturais e políticos particulares. Países com economias mais desenvolvidas, protetores da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa, tiveram discussões ambientais significativas, principalmente sobre seus próprios territórios, desde o século XIX. Na maioria dos casos, a cobertura da mídia ampliou a percepção do público sobre causas ambientais, mesmo que não tenha sido capaz de impedir a destruição ambiental. Enquanto isso, países em desenvolvimento têm seus recursos naturais explorados há séculos. A maioria desses países foram colônias de exploração, uma condição que afetou algumas partes do mundo até o século XX e de certa forma continua até os dias atuais sob diferentes rótulos. Portanto, não é difícil entender que essas nações tentam proteger o que resta do meio ambiente, ao mesmo tempo em que tentam melhorar padrões econômicos e sociais. Seus meios de comunicação costumam vincular notícias ambientais à cobertura de questões de desenvolvimento econômico, como desmatamento e expansão agrícola, geralmente enfatizando a interrelação entre crescimento econômico e impactos ambientais.

Com diferentes desenvolvimentos e abordagens em todo o mundo, a definição de jornalismo ambiental varia, mas, em essência, é uma especialização relacionada à cobertura de questões ambientais (GIRARDI *et al*, 2012). “Compreende a pesquisa, verificação, redação, produção e transmissão de notícias sobre o meio ambiente para a esfera pública, tradicionalmente por profissionais treinados”<sup>6</sup> (PEZZULLO & COX, 2015, p. 92). Em uma abordagem mais tradicional, a cobertura da mídia sobre questões

---

<sup>5</sup> No original: As the prospect of a sooner-or-later apocalypse by unintended environmental disaster came to seem likelier than apocalypse by deliberate nuclear *machismo*, public concern about the state and fate of “the environment” took increasing hold, initially in the West but now worldwide. Tradução livre dos autores.

<sup>6</sup> No original: “the researching, verifying, writing, producing, and broadcasting of news about the environment to the public sphere traditionally by trained professionals”. Tradução livre dos autores.

---

ambientais mantém os fundamentos jornalísticos (PEZZULLO & COX, 2015). Suas práticas são semelhantes ao jornalismo geral, o método clássico de produção e distribuição de notícias, mas com a inserção de um foco ambiental. Assim, os principais pilares jornalísticos, como precisão e imparcialidade, são usados para garantir que a cobertura reflita a verdade, que é convencionalmente considerada a primeira obrigação do jornalismo (KOVACH & ROSENSTIEL, 2003, p. 37).

Embora a noção de verdade seja discutível e possa obter interpretações diferentes, a essência do bom jornalismo baseia-se na busca e no compartilhamento de informações de maneira honesta e imparcial. Portanto, uma reportagem justa pode emergir de outras habilidades profissionais, como verificação, ceticismo, conhecimento e experiência. Tais características podem afetar o produto final e a maneira como os repórteres desafiam fontes e lidam com as informações que coletam. Obter uma base substancial para desafiar as notícias é vital nesse campo, pois, “claramente, o papel do jornalista não é o de um papagaio”<sup>7</sup> (BOYKOFF, 2011, p. 62). Torna-se então perceptível que uma boa dose de ceticismo crítico ao lidar com notícias e fontes pode melhorar as reportagens e seus resultados.

Os jornalistas geralmente buscam transformar informações científicas ambientais e de primeira mão em conteúdo contextual de notícias. Nelkin (1987) discute a relação entre fontes e jornalistas, especialmente mostrando a preocupação que profissionais não experientes sejam mais capazes de sofrer manipulação e aceitar o conhecimento científico como neutro e verdadeiro. Além disso, quanto mais atualizados ou mais específicos forem os dados, mais difícil é encontrar fontes que possam apoiar a pluralidade do debate, oferecendo diferentes perspectivas ao público. Escrevendo sobre os princípios e práticas essenciais do jornalismo, Kovach e Rosenstiel (2003, p. 77) criticam a ideia de equilíbrio jornalístico que geralmente é mal interpretada ao tentar apresentar “significado matemático, como se uma boa história fosse uma que tivesse um número igual de pessoas e citações de dois lados. Como os jornalistas sabem, muitas vezes há mais de dois lados em uma história. E às vezes equilibrá-los igualmente não é um reflexo verdadeiro da realidade”<sup>8</sup>. Um estudo realizado por Das (2013, p. 89) mostrou que, ao cobrir uma questão ambiental de longo prazo em Bangladesh, os jornalistas

---

<sup>7</sup> No original: “[c]learly, the role of the journalist is not that of a parrot”. Tradução livre dos autores.

<sup>8</sup> No original: “mathematical meaning, as if a good story is one that has an equal number of quotes from two sides. As journalists know, often there are more than two sides to a story. And sometimes balancing them equally is not a true reflection of reality” Tradução livre dos autores.

---

optaram por não oferecer uma cobertura equilibrada, onde “o potencial motivo é que a poluição do rio era tão severa e endêmica que não exigia ou merecia uma reportagem equilibrada”<sup>9</sup>.

Além disso, para produzir uma cobertura eficaz, os repórteres precisam ter um bom nível de conhecimento do tema, porque, se não conseguem entender adequadamente um determinado assunto, a consequência é que se torna impossível produzir textos interessantes, comprometidos e claros. A complexidade das questões ambientais desafia as estratégias de comunicação tradicionais (ARNOLD, 2018). É o caso do equilíbrio e da objetividade, valores que permaneceram como a base das normas jornalísticas (PEZZULLO & COX, 2018), mas que não são necessariamente úteis na cobertura ambiental. A intenção do equilíbrio é alcançar imparcialidade e objetividade, mas pode levar à distorção e se transformar em um desserviço ao público (KOVACH & ROSENSTIEL, 2003, p. 77), minando o processo de conscientização e, eventualmente, impedindo ações que possam ser prejudicadas. tomadas para minimizar os impactos (PEZZULLO & COX, 2018). Apesar de a objetividade ser reconhecida como o mais importante valor jornalístico (MCNAIR, 1996, p. 31) e uma característica da boa prática jornalística (CAMPBELL, 2004, p. 176), os jornalistas classificam a objetividade como uma ambição, e acreditam que a busca da objetividade leva à imparcialidade (WILSON, 1996, p. 46).

Howart (2013, p. 71) observa que normas jornalísticas como objetividade, imparcialidade e precisão, muitas vezes ligadas à manutenção da estabilidade política, foram desafiadas no atual contexto de risco ambiental “porque o conhecimento é contestado, os métodos científicos são contestados e surgem divergências acrimoniosas. sobre como proceder em condições de incerteza”<sup>10</sup>. Pezzullo e Cox (2018, p. 102) destacam que quando “as questões ambientais são controversas ou quando os repórteres não têm o conhecimento necessário para julgar entre questões conflituosas, a tendência no jornalismo tem sido equilibrar as histórias citando pontos de vista diferentes”<sup>11</sup>. Cientes das estratégias jornalísticas, pensadores neoliberais que são céticos em relação

---

<sup>9</sup> No original: “the potential reason is that the pollution of the river was so severe and endemic that it did not require or deserve a balanced reporting”. Tradução livre dos autores.

<sup>10</sup> No original: “because knowledge is contested, scientific methods are disputed, and acrimonious disagreements emerge on how to proceed in conditions of uncertainty”. Tradução livre dos autores.

<sup>11</sup> No original: “environmental issues are controversial, or when reporters lack the expertise to adjudicate between conflict claims, the tendency in journalism has been to balance stories by quoting differing viewpoints”. Tradução livre dos autores.

aos problemas ambientais criam suas próprias estratégias para ganhar a atenção da mídia. Uma prática bem-sucedida e recorrente vem publicando livros que promovem o ceticismo ambiental antes dos principais eventos ambientais internacionais (MCKEWON, 2013).

O pesquisador Declan Fahy (2018) afirma que os repórteres ambientais reconfiguraram a definição de objetividade em três instâncias. Primeiro, a partir do ano 2000, os repórteres ambientais dos EUA, que estavam cobrindo as mudanças climáticas, fizeram uma "mudança conceitual para ver a objetividade como um julgamento treinado"<sup>12</sup> (FAHY, 2018, p. 859), porque se sentiam enganados pela indústria de combustíveis fósseis. Além disso, a mudança "ocorreu como resultado da experiência dos repórteres em torno da mudança climática, permitindo que eles relatassem o assunto com maior profundidade"<sup>13</sup> (FAHY, 2018, p. 859). Segundo, os jornalistas ambientais se tornaram mais transparentes em relação a seus métodos de coleta de informações, suas fontes e as motivações dessas fontes. Segundo Fahy (2018), essa ideia de objetividade está ligada à abordagem adotada na academia, pois os pesquisadores propositalmente divulgam a metodologia e o quadro analítico de cada estudo. Terceiro, os repórteres ambientais entendem a objetividade como "a busca pluralista de consenso"<sup>14</sup> (FAHY, 2018, p. 859), evitando visões extremas e reduzindo a polarização.

Lewenstein (2017) argumenta que o consenso científico pode ter um impacto social, pois o diálogo é um meio de abordar e resolver controvérsias científicas e, finalmente, contribuir para as mudanças sociais. Segundo Fahy (2018, p. 860), essas novas formas de abordar a objetividade transformaram jornalistas ambientais em "pioneiros do jornalismo 'pós-verdade'<sup>15</sup> contemporâneo"<sup>16</sup>, o que corresponde ao jornalismo na era digital, quando os fatos tendem a ter menos influência sobre a opinião pública do que as emoções. Atualmente, a comunicação ambiental abrange um grande número de questões. Para entender melhor a agenda da mídia ambiental, a maioria das pesquisas na área se baseia no estudo de "cobertura noticiosa de questões e controvérsias ambientais"<sup>17</sup> (HANSEN, 2019, p. 179). Esse campo de pesquisa contribuiu para delinear

---

<sup>12</sup> No original: "conceptual shift to viewing objectivity as trained judgment". Tradução livre dos autores.

<sup>13</sup> No original: "occurred as a result of the expertise reporters developed around climate change, allowing them to report the issue in greater depth". Tradução livre dos autores.

<sup>14</sup> No original: "the pluralistic search for consensus". Tradução livre dos autores.

<sup>15</sup> Definido pelo *Oxford English Dictionary* como a era quando fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que apelos a emoções e crenças pessoais.

<sup>16</sup> No original: "pioneers for contemporary 'post-truth' journalism". Tradução livre dos autores.

<sup>17</sup> No original: "news coverage of environmental issues and controversies". Tradução livre dos autores.

---

o motivo pelo qual alguns problemas ganharam a atenção adequada da mídia e a preocupação do público, enquanto outros não tiveram êxito.

Bueno (2007), no contexto brasileiro, afirma que o jornalismo ambiental tem três funções principais: informar, educar e transformar. A tarefa informativa visa promover o debate ambiental entre a sociedade, enquanto o objetivo pedagógico pretende apresentar maneiras de resolver questões ambientais, e o caminho político planeja transformar os cidadãos em participantes ativos e partes interessadas nos setores público e privado. Para atingir tais objetivos, questões políticas e de marketing não podem dominar o jornalista, mas eles devem comprometer-se a trabalhar de acordo com o interesse público, a democratização do conhecimento e a ampliação do debate verde, que promove um ambiente ecológico e agenda como uma tentativa de defender causas ambientais. Atualmente, não há definição padronizada sobre o que configuram reportagens ambientais de qualidade. No entanto, o pesquisador Maurizio Abbati afirma:

Comunicar o meio ambiente por meio de um jornalismo qualificado significa relatar os fatos em detalhes, contextualizá-los com uma linguagem fluente e clara, qualquer que seja o assunto: sobre uma campanha pela floresta a favor de uma área de madeira da Amazônia ou sobre os efeitos das mudanças climáticas sobre as regiões polares ou mesmo sobre a poluição das águas subterrâneas em um quarto da nossa cidade (ABBATI, 2019, p.50)<sup>18</sup>.

Analogamente a Abbati (2019), Rögener e Wormer (2017) estabeleceram uma definição sobre o que constitui parâmetros de qualidade na cobertura ambiental, identificando dez critérios ambientais e três analíticos gerais. Os princípios gerais incluem a escolha do tópico, abrangendo relevância e originalidade; a apresentação, garantindo a explicação de interações ambientais elaboradas; e precisão, para garantir que dados e fatos estejam corretos. As normas ambientais propõem: evitar informações alarmantes e minimizadoras; a apresentação de estudos e dados elucidativos; transparência sobre as fontes e especialistas selecionados, bem como pluralidade de vozes; a apresentação precisa das principais opiniões a favor e contra; melhoria das principais fontes de *press releases*; clareza em delinear novidades; descrição de possíveis soluções; escala geográfica e temporal adequada, com conexões locais e globais; contextualização.

---

<sup>18</sup> No original: Communicating Environment through a qualified journalism means to report the facts in details, contextualize them with a fluent and clear language, whatever the topic: about a campaign for the forestation in favour of an Amazon wooden area, or about the effects of climate change on the Polar pack or even about the pollution of the groundwater in a quarter of our town. Tradução livre dos autores.

---

Enquanto os princípios gerais se relacionam à cobertura jornalística em um sentido mais amplo, as normas ambientais tentam melhorar os relatórios, concentrando-se nas características e necessidades atuais da área. Entre os principais critérios ambientais, alguns se concentram em esclarecer as questões, como contextualização e explicação da escala geográfica e temporal; outros, na prevenção de desinformação, como evitar tons alarmistas e reducionistas. As sugestões são amplas e potencialmente úteis para repórteres que trabalham em uma história ambiental e para acadêmicos que estudam relatórios ambientais.

## **A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA AMBIENTAL**

Em 1972, Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw desenvolveram o conceito de definição de agenda, reconhecendo que o conhecimento da sociedade sobre o mundo é mediado: “Mais especificamente, o resultado dessa visão mediada do mundo é que as prioridades da mídia são fortemente influenciar as prioridades do público. Elementos proeminentes na agenda da mídia se tornam proeminentes na mente do público”<sup>19</sup> (MCCOMBS, 2002, p. 2). McCombs e Shaw (1972) afirmam que a mídia pode influenciar o público no que pensar. Vinculando essa discussão à cobertura ambiental, Christine Ader (1995) analisou a influência do estabelecimento da agenda na poluição ambiental e concluiu que a provável justificativa para o estabelecimento da agenda ambiental é que as questões ambientais são geralmente discretas, o que significa que são difíceis de experimentar ou observar. Essa dificuldade de se conectar diretamente ao assunto abre espaço para que a mídia atue como um provedor primário de informações e, eventualmente, exerça uma possível influência sobre o público.

Estudos mais recentes sobre definição de agenda (WALGRAVE *et al.*, 2008) descobriram que seu impacto nas questões ambientais é mais forte do que em outros tópicos, como assuntos políticos e culturais. As investigações também revelaram que a cobertura da mídia ambiental afeta políticos, políticas e fóruns legislativos (TRUMBO, 1995; SOROKA, 2002). Examinando minuciosamente a conexão entre opinião pública e cobertura da mídia, Alan Mazur (1981, 2016) desenvolveu a teoria da quantidade da

---

<sup>19</sup> No original: “More specifically, the result of this mediated view of the world is that the priorities of the media strongly influence the priorities of the public. Elements prominent on the media agenda become prominent in the public mind”. Tradução livre dos autores.

---

cobertura. A teoria examina a conexão entre a quantidade de reportagens sobre um assunto específico e a conscientização do público. Mazur (2016, p. 209) afirma que “a ascensão e queda da preocupação pública generalizada e ação governamental podem ser rastreadas até a ascensão e queda da cobertura pela mídia central”<sup>20</sup>. Consequentemente, esse achado enfatiza a importância da cobertura regular da mídia ambiental.

Investigações que conectaram a teoria de definição de agenda à comunicação ambiental surgiram em todo o mundo, conforme apresentado nos exemplos a seguir. Nos EUA, Shanahan e McComas (1999) analisaram o comportamento do público em relação à cobertura ambiental e, mais especificamente, a relação entre cobertura da mídia e preocupação ambiental. Shanahan e McComas (1999) identificaram que a quantidade de exposição à mídia não tem uma conexão direta com a preocupação ambiental. Por exemplo, a investigação descobriu que os estudantes universitários que eram telespectadores frequentes estavam menos preocupados com o meio ambiente, apesar da quantidade de tempo gasto assistindo à televisão. Essas descobertas contradizem a teoria da análise de cultivo, que é “uma teoria de contar histórias, que pressupõe que a exposição repetida a um conjunto de mensagens provavelmente produza acordo em uma audiência com opiniões expressas.... nessas mensagens”<sup>21</sup> (SHANAHAN, 1993, pp. 186-187). Shanahan e McComas (1999) concluíram que a televisão, do noticiário ao entretenimento, tende a relegar o meio ambiente, não apenas pela produção de conteúdo ambiental de baixa qualidade, mas também pela falta ou negligência das mensagens ambientais.

Uma pesquisa semelhante (OLAUSSON, 2011) reuniu a opinião dos cidadãos suecos para examinar o papel de definição de agenda na cobertura ambiental na Suécia e, mais especificamente, no entendimento das reportagens sobre mudanças climáticas. Olausson afirma que a mídia tem maior responsabilidade ao cobrir assuntos ambientais:

O papel de definição da agenda não deve ser entendido como confinado a 'fazer as pessoas falarem sobre mudanças climáticas' em um sentido geral, mas também implica em estabelecer limites para formas viáveis de falar sobre esse objetivo de risco em termos de causas, consequências e responsabilidade por soluções (OLAUSSON, 2011, p.295)<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> No original: “the rise and fall of widespread public concern and governmental action may be traced back to the rise and fall of coverage by the central media”. Tradução livre dos autores.

<sup>21</sup> No original: “a theory of story-telling, which assumes that repeated exposure to a set of messages is likely to produce agreement in an audience with opinions expresses in.... those messages” Tradução livre dos autores.

<sup>22</sup> No original: The agenda-setting role should not be understood as confined to ‘making people talking about climate change’ in a general sense, but as also implying setting the limits for viable ways of talking



---

Outras investigações desafiaram os estudos tradicionais de definição de agenda. As descobertas de Gooch (1996) sobre a relação entre definição de agenda e imprensa local foram desafiadoras. Gooch realizou uma pesquisa sobre a relação entre a percepção do público e o relato de questões ambientais na imprensa regional sueca. A investigação utilizou a análise de conteúdo para estudar dois jornais locais suecos entre agosto e outubro de 1992. Os resultados descobriram que os jornais locais não têm um forte resultado na definição de agendas sobre questões ambientais. Gooch observou que, em alguns casos, a imprensa local poderia estar respondendo às preocupações do público em vez de iniciar a discussão. Isso indicou que o efeito de definição da agenda estava, na realidade, indo na direção oposta. Também abriu a possibilidade de a agenda regional da mídia ter um prazo mais curto do que os maiores meios de comunicação multinacionais. Esses resultados desafiam a teoria de definição de agenda, pois anteriormente se supunha que qualquer ambiente de mídia, sem distinção, seria capaz de iniciar discussões e influenciar a percepção do público.

Analogamente, Allan Bell (1991) desafiou as expectativas tradicionais na teoria de definição de agenda. Bell concentrou-se no entendimento ambiental na Nova Zelândia e investigou as reportagens sobre mudanças climáticas na imprensa diária, rádio e televisão por seis meses no final dos anos 80. Além disso, ele entrevistou 61 neozelandeses. As descobertas sugerem que o público tende a enfatizar demais o que se lembra dos meios de comunicação, especialmente se o tópico for dramático ou negativo. As implicações são que tais exageros provocam ceticismo em relação a jornalistas e cientistas, pois é improvável que ocorra um cenário exagerado (BELL, 1991).

Outra pesquisa comparativa realizada por Donalyn Pompper (2004) analisou quinze anos de histórias de risco ambiental em três jornais nos EUA. Suas descobertas foram de que a grande mídia, New York Times e USA Today, utilizava fontes do governo e da indústria, enquanto o tabloide National Enquirer usava principalmente indivíduos e membros da comunidade. A conclusão foi que as notícias ignoraram o povo: “Vozes de pessoas comuns que convivem com riscos ambientais todos os dias e vozes de grupos organizados para salvar o meio ambiente... são abafadas pelas elites citadas com mais

---

about this goal risk in terms of causes, consequences and responsibility for solutions. Tradução livre dos autores.

---

frequência em histórias de riscos ambientais”<sup>23</sup> (POMPPER, 2004, p. 128). Geralmente, o problema com a cobertura da mídia ambiental não é necessariamente a quantidade de reportagens disponíveis ao público; reside antes no enquadramento e apresentação do assunto e nos impactos que ele pode ter na sociedade. O foco habitual em riscos, desastres e divergências governamentais produz um pessimismo geral que leva ao desapego e à desesperança (HACKETT *et al.*, 2017).

Portanto, a mídia está frequentemente ligada ao aumento da conscientização ambiental na arena pública. Inicialmente, grupos e organizações ambientais desempenharam um papel importante na transformação de questões ambientais em problemas sociais e políticos, e esses dados foram transformados em conteúdo de notícias. Hansen (1991) discute o papel dos grupos de pressão na cobertura da mídia ambiental, argumentando que, embora esses grupos sejam reconhecidos pelos jornalistas como criadores de reivindicações, a mídia precisa da validação dessas reivindicações por autoridades públicas, políticas formais e ciência. Em uma análise subsequente, Hansen (1993) reconhece a importância dos grupos de pressão, observando que, sem a persistência desses grupos em aumentar a conscientização ambiental nas décadas de 1960 a 1990, o meio ambiente não teria ganho destaque no debate público e político. Hansen *et al.* (1993) argumentam que investigar o papel das fontes de notícias é crucial em qualquer análise das reportagens ambientais, pois eles desempenham um papel central na construção da agenda ambiental, pois determinam efetivamente o que é dito. Assim, Hansen (1993, p. 55), com o qual concordamos, apoia o desenvolvimento do modelo de análise que reconheça a complexa relação entre “atividade da fonte, atitudes do público, agenda da mídia e domínio político”<sup>24</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou uma revisão teórica sobre “agenda ambiental” e jornalismo ambiental, buscando problematizar seu *modus operandi* na contemporaneidade. A cobertura da mídia ambiental ganhou destaque global nas últimas

---

<sup>23</sup> No original: “Voices of common people who live with environmental risks every day and voices of groups organized to save the environment ... are drowned out by elites cited most often in environmental risk stories”. Tradução livre dos autores.

<sup>24</sup> No original: “source activity, public attitudes, media agenda and the political domain”. Tradução livre dos autores.

décadas, após o crescente número de calamidades naturais em todo o mundo. Historicamente, o jornalismo ambiental se desenvolveu de maneira diferenciada, de acordo com o desenvolvimento econômico e os sistemas políticos de cada país. A par de sua inegável importância para sobrevivência do planeta, as questões que envolvem o meio ambiente, no entanto, mostram-se ainda frequentemente fragmentadas pela cobertura midiática.

A obtenção de uma cobertura ambiental mais qualificada é necessária, pois pode ajudar a mídia a contribuir para um debate consistente sobre o tema, além de dar visibilidade a práticas de educação ambiental. A relação entre cobertura da imprensa e engajamento público não é direta, embora possa ser uma aspiração para jornalistas que se sintam conectados à causa ambiental. Portanto, uma cobertura ambiental ideal tem o potencial de veicular informações de alto padrão que sejam precisas, contextualizadas, claras, transparentes, conectadas a outras questões e áreas e, finalmente, que apresentem possíveis resoluções. Como pudemos perceber neste artigo, no entanto, os desafios nessa direção, de alcance mundial devido à conexão do ecossistema, ainda estão longe de serem superados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBATI, M. **Communicating the Environment to Save the Planet: A Journey into Eco-Communication**. Cham, Switzerland: Springer International Publishing, 2019.

ADER, C. A Longitudinal Study of Agenda Setting for the Issue of Environmental Pollution. **Journalism and Mass Communication Quarterly**. 72, 1995.

ARNOLD, A. **Climate change and storytelling: narratives and cultural meaning in environmental communication**. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2018.

BELL, A. **The language of news media**. Oxford, UK and Cambridge, MA: Blackwell, 1991.

BOYKOFF, M. T. **Who speaks for the climate? Making sense of media reporting on climate change**. New York, NY: Cambridge University Press, 2011.

BUELL, L. **The future of Environmental Criticism: Environmental Crisis and Literary Imagination**. Malden, MA: Blackwell Publishers, 2005.

BUENO, W. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

CAMPBELL, V. **Information age journalism: journalism in an international**

---

Contexto. London: Arnold, 2004.

DAS, J. Environmental journalism in Bangladesh. In Bødker, H. & Neverla, I. eds. **Environmental Journalism**. London and New York: Routledge: 76-92, 2013.

FAHY, D. Objectivity as Trained Judgment: How Environmental Reporters Pioneered Journalism for a “Post-truth” Era. **Environmental Communication**, 12(7), 855, 2018.

GIRARDI, I. M. T.; SCHWAAB, R.; MASSIERER, C.; LOOSE, E. B. Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. **Comunicação e Sociedade**, 34, 132-152., 2012.

GOOCH, G. D. Environmental Concern and the Swedish Press: A Case Study of the Effects of Newspaper Reporting, Personal Experience and Social Interaction on the Public’s Perception of Environmental Risks. **European Journal of Communication**, 11(1), 107–127, 1996.

HACKETT, R. A.; FORDE, S.; GUNSTER, S.; FOXWELL-NORTON, K. **Journalism and Climate Crisis**. London: Routledge, 2017.

HANSEN, A. The media and the social construction of the environment. **Media, Culture & Society**, 13(4), 443–458, 1991.

HANSEN, A ed. **The Mass Media and Environmental Issues**. Leicester: Leicester University Press, 1993.

HANSEN, A. **Environment, Media and Communication**. London: Routledge.2<sup>nd</sup> edition, 2019.

HOWART, A. Participatory Politics, Environmental Journalism and Newspaper Campaigns. In Bødker, H. & Neverla, I. eds. **Environmental Journalism**. London and New York: Routledge: 60-75, 2013.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **The elements of journalism**. London: Atlantic Books, 2003.

LEWENSTEIN, B. V. Science controversies: Can the science of science communication provide management guidance or only analysis? In Jamieson, K. H., Kahan, D. & Scheufele, D. A. eds., **The Oxford handbook of the science of science communication**. New York, NY: Oxford University Press: 73–78, 2017.

MAZUR, A. Media Coverage and Public Opinion on Scientific Controversies. **Journal of Communication**, 31(2), 106 – 115, 1981.

MAZUR, A. How did the fracking controversy emerge in the period 2010-2012? **Public Understanding of Science**, 25(2), 207–222, 2016.

MCKEWON, E. Talking Points Ammo: The use of neoliberal think thank fantasy themes to delegitimise scientific knowledge of climate change in Australian newspapers. In Bødker, H. & Neverla, I. eds. **Environmental Journalism**. London and New York: Routledge: 127-147, 2013.

MCCOMBS, M.; SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. In **Public Opinion Quarterly**, 36, 1972, 176-187, 1972.

MCCOMBS, M. **The Agenda-Setting Role of the Mass Media in the Shaping of Public Opinion**, 2002. In [http://www.infoamerica.org/documentos\\_pdf/mccombs01.pdf](http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/mccombs01.pdf).

- 
- MCNAIR, B. **News and journalism in the UK: a textbook**. London: Routledge, 1996.
- NELKIN, D. **Selling science: how the press covers science and technology**. Freeman, 1987.
- OLAUSSON, U. “We’re the Ones to Blame”: Citizens' Representations of Climate Change and the Role of the Media. **Environmental Communication**, 5:3, 281-299, 2011.
- PEZZULLO, P. C.; COX, R. **Environmental Communication and the Public Sphere**. 4th ed. Sage, 2015.
- PEZZULLO, P. C.; COX, R. **Environmental Communication and the Public Sphere**. 5th ed. Sage, 2018.
- POST-TRUTH. (n.d.) In **Oxford English Dictionary**. Retrieved from <https://en.oxforddictionaries.com/definition/post-truth>
- RÖGENER, W.; WORMER, H. Defining criteria for good environmental journalism and testing their applicability: An environmental news review as a first step to more evidence based environmental science reporting. **Public Understanding of Science**, 26(4), 418–433, 2017.
- SHANAHAN, J. Television and the cultivation of environmental concern: 1988-1992. In Hansen, A. ed., **The mass media and environmental issues**. Leicester, UK: Leicester University Press: 181-197, 1993.
- SHANAHAN, J.; MCCOMAS, K. **Nature stories: Depictions of the environment and their effects**. Cresskill, NJ: Hampton Press, 1999.
- SOROKA, S. Issue Attributes and Agenda-Setting by Media, the Public, and Policymakers in Canada. **International Journal of Public Opinion Research**. 14 (3), 264-285, 2002.
- TRUMBO, C. Longitudinal modeling of public issues: an application of the agenda-setting process to the issue of global warming. **Journalism and Mass Communication Monographs**, 152, 1995.
- WALGRAVE, S.; SOROKA, S.; NUYTEMANS, M. The Mass Media’s Political Agenda-Setting Power: A Longitudinal Analysis of Media, Parliament, and Government in Belgium (1993 to 2000). **Comparative Political Studies**, 41(6), 814–836, 2008.
- WILSON, J. **Understanding journalism: a guide to issues**. London: Routledge, 1996.